



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Lídice da Mata - PSB/BA

MPV 1099  
00074

## COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1099, DE 2022.

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.099, DE 2022

Institui o Programa Nacional de  
Prestação de Serviço Civil Voluntário e o  
Prêmio Portas Abertas

### EMENDA Nº

Acrescente-se o § 5º ao art. 1º da Medida Provisória nº 1.099,  
de 2022, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

§ 5º É vedada a limitação de empenho e movimentação financeira  
para despesas diversas ao Programa até o período do término da  
vigência de que trata o § 4º.” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de  
Responsabilidade Fiscal), estabelece que:

“Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da  
receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado  
primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os  
Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos  
montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223580507300>



CD/22358.05073-00



\* C D 2 2 3 5 8 0 5 0 7 3 0 0 \*

empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....”

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a cada dois meses, deve ser verificada se a receita está sendo arrecadada conforme o previsto. Caso contrário, os entes não poderão realizar despesas de acordo com os montantes autorizados, devendo editar atos de limitação de empenho.

Os critérios para efetivação da limitação de empenho devem ser estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). O ente da federação fica dispensado do atingimento das metas fiscais e da limitação de empenho na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, nos seguintes termos da LRF:

**“Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional**, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

.....

**II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.**

.....”

Assim, neste contexto de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, estabelecemos, por meio desta Emenda à MP 1099/2022, a vedação de limitação de empenho e movimentação financeira para despesas diversas ao Programa até o término de sua vigência.

Sala da Comissão, em 03 de fevereiro de 2022.



CD/22358.05073-00



\* C D 2 2 3 5 8 0 5 0 7 3 0 0 \*

**Deputada LÍDICE DA MATA**  
**PSB BA**



CD/22358.05073-00



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 913 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Assinado eletronicamente pelo(a) deputado(a) Lídice da Mata  
Tels (61) 3215-5913/3913 | [dep.lidicedamata@camara.leg.br](mailto:dep.lidicedamata@camara.leg.br)  
Rua Jacobina, nº 64 | Ed. Empresarial Rio Vermelho - Salas 101/102 | CEP 41940-160 - Salvador/BA | Tels (71) 3240-3455/3326



\* C D 2 2 3 5 8 0 5 0 7 3 0 0 \*